

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

SIMULAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE BERLIM DE 1884/1885: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Simulation of the Berlin Conference of 1884–85: a proposal for teaching history of international relations

Gabriel Fernandes PIMENTA

Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

pimenta.gabriel@gmail.com

Joelton LIMA

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

joeltonlima2@yahoo.com.br

Rodrigo Corrêa TEIXEIRA

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

rteixeira@pucminas.br

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar uma transposição didática para a área das Relações Internacionais, tratando da proposta de uma Simulação da Conferência de Berlim de 1884/1885. Para tal, é realizado um breve histórico das atividades de simulação nessa área, começando pela fase do surgimento em sua versão moderna e chegando ao desenvolvimento das versões nacionais de tais atividades. Em sequência, alguns conceitos básicos da teoria e da história das Relações Internacionais englobados pela atividade são apresentados, com ênfase na relevância deles para o estudo do tema, assim como conceitos pedagógicos a serem trabalhados pela



simulação. Por fim, apresenta-se o material desenvolvido para esta transposição, em versão fac-similar àquela disponibilizada para os estudantes.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais. Transposição didática. Simulação. História da África. Conferência de Berlim.

Abstract

The paper intends to present a didactic transposition for the International Relations area, approaching the proposal of a 1884/1885 Berlin Conference Simulation. For this, a brief historical of the simulation activities is made, starting by the phase of its modern creation until the development of the Brazilian version of such activities. In sequence, some of the basic concepts of International Relations theory and history encompassed by the activity are presented, with emphasis on its relevance for the study of the field, as well as pedagogical concepts to be developed by the simulation. In the end, the material developed for the simulation is showed, in a facsimile version of that made available to the students.

Keywords: International Relations History. Didactic transposition. Simulation. African history. Berlin Conference.

INTRODUÇÃO

A Simulação da Conferência de Berlim de 1884/1885 é uma atividade voltada para alunos dos primeiros períodos do curso de Relações Internacionais, e está inserida no contexto da disciplina de História das Relações Internacionais I, que cobre o período entre o Congresso de Westfália de 1648 e a desarticulação do Concerto Europeu, no fim do século XIX. Seu objetivo é desenvolver nos alunos habilidades fundamentais ao analista internacional e apresentar o período histórico estudado por meios auxiliares às aulas de exposição de conteúdo.

Além da fundamentação teórica, proposição metodológica da Simulação e análise histórica sobre a Conferência de Berlim, este é um guia prático com os documentos (anexos) para replicação da simulação em situações distintas, assim, procuramos disponibilizar aos leitores e interessados um passo a passo para fomento de organização de simulações nas instituições de ensino.

1 SIMULAÇÕES: HISTÓRIA E PRÁTICA

A simulação de temas relacionados à política internacional possui seus primeiros registros nos exercícios efetuados por forças militares, que criavam cenários de batalha para treinar seus comandantes e verificar a eficácia de suas táticas. Segundo Smith (SMITH, 2010), jogos e simulações de guerra (*war games*) são parte do treinamento militar desde o ano 3000 A.C, constituindo práticas comuns por todo o mundo. As versões atuais destas simulações podem ser



encontradas em artigos de entretenimento, como jogos eletrônicos para computadores e videogames.

A criação das Relações Internacionais como um campo de estudos separado de áreas correlatas, como a História, o Direito e, principalmente, a Ciência Política, é recente. A criação do primeiro curso universitário neste campo científico se deu em 1918, na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales. Dentre os novos empreendimentos acadêmicos do campo, a proximidade dos temas por ele englobados com a lógica envolvida nos *war games* conduziu à criação de projetos de pesquisa que buscavam simular situações e prever comportamentos por parte de tomadores de decisão (STARKEY; BLAKE 2001). O uso das simulações com objetivos de pesquisa e predição de comportamento começou a decair a partir da década de 1960, curiosamente, no período em que houve um avanço nos métodos de pesquisa da área após o clamor de Morton Kaplan por seu aprimoramento (KAPLAN, 1966). A redução do uso das simulações nas Relações Internacionais não significou um abandono total da ferramenta. Em uma das obras fundamentais da área, Waltz (1979) defende o poder explicativo das situações estilizadas: “(...) um modelo retrata a realidade ao simplificá-la, digamos, por meio da omissão ou por meio da redução de escala” (WALTZ, 1979, p. 7).

A simulação, enquanto modelo, retém a capacidade de apresentar características de determinados fenômenos, sendo útil pelos seus propósitos científicos e, especialmente, pedagógicos. Se, por um lado, as simulações perderam relevância enquanto ferramentas de pesquisa, por outro, houve a popularização de tais atividades com objetivos pedagógicos no mesmo período (STARKEY; BLAKE, p. 2001).

Segundo pesquisas recentes do campo do aprendizado associado a técnicas pedagógicas específicas, simulações de situações de negociação e debate no âmbito político são positivas para o *deep learning*. O conceito abrange os quatro campos do aprendizado, quais sejam, o factual, o procedimental, o comportamental e o metacognitivo. As simulações são úteis, portanto, tanto para ensejar ganhos de repertório relativo ao domínio de informações básicas quanto para servir de plataforma para o aprendizado contínuo (ENGEL; PALLAS; LAMBERT, 2017). Ademais, eventos voltados para atividades de simulação auxiliam na formação de capital cívico não apenas por tratarem de situações políticas, mas também por incentivarem interações colaborativas intergeracionais. Há incentivos para que atribuições organizacionais sejam progressivamente delegadas para jovens ao longo do processo de institucionalização das simulações, além da formação de associações mais intensas e longevas entre professores e alunos nos âmbitos acadêmico e de trabalho (LEVY, 2016). Em um contexto de mudanças aceleradas no meio de inserção dos estudantes, com alta permeabilidade da sala de aula em relação aos desenvolvimentos da tecnologia digital, as simulações servem ainda como método de incorporação de inovações de modo controlado e com fins didáticos (DINNEN, 2016).

O início das tentativas de reprodução de situações de tomada de decisão em âmbito internacional se dá na década de 1920, quando a Universidade de Harvard organizou simulações da Liga das Nações entre seus alunos. Depois da fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), a mesma universidade cria o *Harvard National Model United Nations* (HNMUN), em 1955 evento realizado anualmente até hoje (RANDIG, 2010). O acrônimo MUN, que indica a simulação de comitês da ONU, é hoje uma marca dos eventos do gênero, ainda que, com o passar dos anos, muitos deles tenham extrapolado a proposta inicial – há atividades que buscam reproduzir a dinâmica de situações de outras organizações internacionais, assim como aquela de períodos anteriores aos da criação da ONU. Dado o caráter pedagógico das simulações, elas ocorrem não somente em nível universitário, mas também são realizadas para estudantes de



nível médio. No primeiro caso, elas cumprem com a função de apresentar temas e situações específicos, com o objetivo de aprofundar o conhecimento do estudante sobre um determinado tema. No segundo, elas objetivam servir de porta de entrada para o campo das Relações Internacionais, oferecendo atividades práticas e interativas.

No Brasil, o primeiro evento do gênero foi o *Americas Model United Nations* (AMUN), realizado pela Universidade de Brasília em 1998 e voltado para o público universitário. Em 2000 foi criado o Modelo Intercolegial da Organização das Nações Unidas (MINIONU), primeiro modelo brasileiro para estudantes do ensino médio. Desde então, houve uma intensa popularização das simulações, simétrica à expansão da área das Relações Internacionais, com eventos realizados por universidades para públicos de diversas idades. Mais recentemente, colégios cujos estudantes participam de eventos promovidos por universidades passaram a organizar simulações para seus alunos. Não há um registro oficial do número de modelos no Brasil – em janeiro de 2018, a página da Wikipedia sobre o tema registrava a realização de 37 modelos abertos, definidos como aqueles que permitem a participação de membros de diversas instituições, e 20 modelos fechados, que só admitem estudantes da instituição que os realiza, formato mais comum para os modelos feitos por instituições de ensino médio.

2 SIMULAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE BERLIM: CONCEITOS

Os conceitos abordados pela simulação podem ser divididos dois grandes grupos. O primeiro grupo é das competências cognitivas e habilidades instrumentais a serem aprimorados pelos alunos por meio de sua participação na simulação. O segundo, a ser tratado na sequência em maior detalhe, é dos conceitos relativos ao conteúdo ministrado na disciplina de História das Relações Internacionais no curso de Relações Internacionais da PUC-Minas, que envolvem termos de compreensão histórica e cotejos com a Teoria de Relações Internacionais.

Relativamente às competências cognitivas e habilidades instrumentais, a condução da simulação de forma adequada incentiva o desenvolvimento de algumas competências cognitivas e habilidades instrumentais importantes: domínio da norma culta da Língua Portuguesa por meio da elaboração de documentos de trabalho; desenvolvimento da capacidade lecto-escrita; identificação e análise de documentos históricos; desenvolvimento da capacidade de leitura e análise de imagens, tais como ilustrações, fotos, charges, pinturas, esculturas, cartazes de propaganda; desenvolvimento da capacidade de leitura e interpretação de mapas e organogramas; desenvolvimento da capacidade de construção de argumentação e elaboração de propostas; desenvolvimento da capacidade de compreensão e classificação de fenômenos sociais; desenvolvimento da capacidade de enfrentar situações-problema; desenvolvimento da capacidade de elaborar propostas; organização sequencial e cronológica de eventos; identificação de permanências e rupturas no processo histórico; desenvolvimento inicial de coleta de dados e informações; identificação, distinção e ordenação de fenômenos religiosos, econômicos e políticos.



2.1 CONCEITOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

- a) Estado, Razão de Estado e Nacionalismo: os alunos, ao representarem países na simulação, entram em contato simultâneo com três unidades fundamentais do estudo das Relações Internacionais. O Estado, sua unidade de análise principal, presente como uma burocracia que atua de forma unívoca, de forma condizente com a formulação clássica de Weber (WEBER, 1982). A Razão de Estado, como o cálculo feito pela burocracia estatal com o intuito de discernir as ações mais propícias para sua sobrevivência, aparece na atividade como a consideração que os alunos devem fazer de quais seriam os arranjos ideais para os países que representam. O Nacionalismo figura como o elemento cultural intersubjetivo da construção da representação, que os alunos devem compreender para construir as narrativas que sustentarão a argumentação durante as negociações da simulação.
- b) Construção de memória coletiva: A partir de uma análise do eurocentrismo e do desenvolvimento da capacidade crítica em relação à história dos conflitos, que deve ser realizada pelo professor após a atividade, os alunos deverão compreender as diferentes versões da história e a edificação da memória coletiva. O fio condutor da exposição deve passar pela comparação entre a historiografia apresentada no guia de estudos e outras fontes, que tratam da colonização africana por outros vieses. O tema da construção da memória coletiva atende também os objetivos de introduzir o tema da História da África.
- c) Foros internacionais de tomada de decisão: a atividade simula um ambiente de negociações diplomáticas, em situação *sui generis* no período – os encontros multilaterais só viriam a se tornar rotineiros no século XX (RITTBERGER; ZANGL, 2006) -, mas que apresenta muitas características dos processos e encontros diplomáticos contemporâneos. Dessa forma, o aluno apreende processos como o da negociação por meio de discursos e o registro dos trabalhos em documento final, redigido por um membro do encontro.
- d) História da África: As ideias populares e públicas de que na conferência de Berlim de 1884-1885 foi realizada a partilha da África, e de que os delegados delimitaram com uma régua as linhas retas que definiam as esferas de influências das potências europeias no continente, não se traduzem em verdade histórica (DOPCKE, 1999). A Conferência de Berlim não dividiu o continente em colônias, mas fixou princípios para evitar conflitos entre as potências europeias que se lançaram à partilha da África. Na década seguinte, as potências europeias apressaram-se em estabelecer bases coloniais e traçar fronteiras, a fim de garantir a soberania sobre os territórios que começavam a ocupar.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com a estrutura analítica elaborada pelo historiador das Relações Internacionais Adam Watson, a autoridade de Napoleão levou o sistema europeu a seu extremo no sentido da estruturação imperial entendida como a centralização do poder. Essa autoridade foi oposta com sucesso tanto por outros Estados quanto pelos muitos nacionalismos de cunho anti-francês. Essas forças atuaram no sentido de levar todo o sistema de volta na direção da extremidade da escala onde se situam as independências; mas não forma capaz de trazê-lo todo de volta ao



padrão do séc. XVIII. Desenvolveu-se então, a partir do Concerto da Europa no século XIX, a chamada “Hegemonia Coletiva”. O império napoleônico mudou as estruturas sociais da Europa e o sistema que surgiu do Acordo de Viena (1814-1815), ao fim de um quarto de século de levantes e de guerras, situa-se mais ou menos equidistante do sistema napoleônico e daquele do séc. XVIII no espectro pendular. Em alguns aspectos, o Concerto pode ser considerado uma síntese a partir de duas maneiras opostas de organizar a Europa: de um lado, a forma imperial, do outro, a dispersão completa do poder.

A derrota de Napoleão na Rússia (1812) restaurou a Áustria a uma condição de independência, fazendo do país o elemento móvel responsável por um equilíbrio complexo. Metternich, o arquiteto da política austríaca, via ameaças provenientes de mais de um campo no espectro político. A cooperação com a Rússia para destruir Napoleão colocaria aquela numa posição demasiado forte e ele trabalhou para evitar isso. Para sua sorte, a Grã-Bretanha saía da guerra como uma potência industrial, financeiramente reforçada, e estava disposta a fazer alianças para evitar o domínio da Europa por qualquer potência individual. A Rússia, assim como a Grã-Bretanha, estava interessada em expandir-se para além da área da cristandade latina. Dirigir as energias russas no sentido do Império Otomano, e ainda mais para o Oriente, parecia ao Czar Alexandre mais factível do que tentar uma hegemonia na Europa. As duas potências concordaram, então, que suas políticas com relação à Europa implicavam limitações que não se aplicavam fora dela.

Convinha à Rússia e à Inglaterra restabelecer a Áustria e a Prússia como grandes potências independentes, nominalmente iguais a elas próprias, e dar a mesma posição à França restaurada. Ou seja, elas reconheceram, assim como Metternich, que o sistema ficaria instável se um elemento tão dinâmico como o francês se opusesse fundamentalmente ao acerto e que, portanto, ela deveria ser parte de uma Europa estável e equilibrada.

A Declaração de Aachen (Aquisgrana) (1818) – foi a formalização da parceria entre as 5 grande potências, na qual declaravam sua intenção de manter uma união íntima de consultas regulares para a preservação da paz com base no respeito para com os tratados, e concordaram em convidar outros Estados a suas reuniões em que os assuntos de tais Estados fossem tratados.

A questão da ordem internacional no pós-Napoleão – o tema foi revertido superficialmente ao padrão do século XVIII. Contudo, a Revolução Francesa e Napoleão mostraram as vantagens da ordem liberal trazida pelo império napoleônico e os grandes Estados estavam conscientes que tais vantagens não seriam alcançadas com a volta ao sistema do século XVIII.

A questão da intervenção – um dos princípios norteadores das relações entre Estados do século XVIII era o da não-intervenção. Contudo, os franceses haviam difundido valores e doutrinas revolucionárias que sancionavam intervenções, semelhantemente às Cruzadas. Além disso, tal questão por outro lado influenciava o contra-movimento da legitimidade dinástica, que se via no direito de intervir para restaurar dinastias legítimas depostas e conter o ímpeto revolucionário. As intervenções com a finalidade de manter a paz e a segurança internacionais com base nos termos dinásticos colocaram a prática do início do século XIX na Europa um pouco mais perto da extremidade imperial do espectro da divisão do poder do que da hegemonia.

A Europa não deveria ser dividida em esferas de influência separadas: as cinco potências concordaram que era necessária uma maquinaria coletiva para manter e modificar o acordo. As cinco potências não confiavam umas nas outras para intervir unilateralmente a fim de lidar com ameaças à paz e à segurança; mas nos casos em que concordaram em agir juntas, elas puderam



exercer coletivamente uma hegemonia difusa que nenhuma concordaria em que outra exercesse sozinha. A harmonia entre elas orquestraria o Concerto Europeu.

O concerto europeu pode ser dividido em três períodos:

- a) 1815-1848 – Um pouco mais do que uma hegemonia difusa. Ao proclamar e exercer o direito de intervenção coletiva, as grandes potências puderam manter algo como um domínio sobre a parte fragmentada da sociedade europeia fora de sua administração. Os desacordos entre as cinco diziam respeito à administração do sistema, mais do que a conflitos bilaterais de interesse direto. Os estadistas aristocráticos sentiam durante essas três décadas uma solidariedade de fins: eles temiam os riscos que ameaçavam seu mundo, mas não uns aos outros. Controlando-se e equilibrando-se uma a outra e, no entanto, ao mesmo tempo, reconhecendo suas responsabilidades para com a sociedade europeia e uma para com a outra, Grã-Bretanha e Rússia proporcionaram o quadro essencial em que o concerto da Europa podia funcionar e manobrar: comparativamente Grã-Bretanha e Rússia foram as superpotências da época. Em suma, foi um período de paz entre as grandes potências e de repressão de revoluções sociais e políticas.
- b) 1848-1871 – correspondeu a uma revitalização do nacionalismo popular, de revoluções contra a ordem política estabelecida e de guerras de ajuste entre as grandes potências. No ano de 1848, o descontentamento da classe média com o “sistema Metternich” e com a legitimidade dinástica fermentou em verdadeira revolução em muitas comunidades europeias, notavelmente na França e em terras alemãs e italianas. Havia então uma nova legitimidade capaz de desafiar a antiga: o direito dos “povos” a determinar por si mesmos a que Estado queriam pertencer e como tal Estado deveria ser governado. Os nacionalistas do séc. XIX tampouco gostavam de sugestões de que seus Estados-nações devessem ser limitados por um sistema ou concerto europeu. Eles desejavam uma independência plena, liberdade com relação a limitações externas e o exercício soberano da vontade popular geral. Assim, o nacionalismo e a democracia levaram o sistema europeu mais à frente na direção da extremidade do espectro das independências múltiplas. Ameaças imediatas ao equilíbrio europeu eram o pan-germanismo (que se manifestava em terras que abrangiam da Holanda à Rússia e da Itália à Dinamarca), o pan-eslavismo e o pan-italianismo. Esses movimentos ameaçavam mais imediatamente aquele que era o baluarte do sistema existente: o Império Austríaco da família Habsburgo, multinacional e absolutista. Neste período, a junção da impulsividade e inaptidão política de Napoleão III com a prudência da Prússia culminaram na organização do Estado Alemão em 1871 após a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana. As duas características do período foram, portanto, o nacionalismo revolucionário por guerras de ajuste.
- c) 1871-fim do século – Um período de paz. Contudo, essa paz não era confortável: a esponja de pequenos Estados alemães da Europa Central - importante para todos, perigosa para nenhum - não existia mais. Em seu lugar havia o novo Reich alemão, a potência mais forte do continente europeu. O equilíbrio que havia se mantido e se ajustado desde Viena, primeiro na paz, e depois em guerras menores, tornou-se instável. Durante alguns anos, o controle considerável de Bismarck e seu hábil malabarismo político mantiveram a ordem europeia. Em todo o sistema, ele fez com que a Prússia aumentada se comportasse como uma potência satisfeita e pronta a cooperar. Enquanto isso, a revolução industrial e o nacionalismo popular geravam crescente pressão na Europa, de forma a tornar a Alemanha



potencialmente hegemônica. A integração econômica e depois política e as reformas sociais que a acompanharam liberaram novas fontes de energia semelhantes às que foram liberadas na França pela revolução. À época de Bismarck, em 1890, a Alemanha havia passado a Inglaterra como potência industrial. Em função de desacordos políticos, Bismarck saiu do governo em 1890 e a partir daí os governos alemães, em especial o governo de Guilherme II, comportaram-se de uma maneira mais nacionalista e afirmativa e negligenciaram o cuidadoso cultivo das relações com a Rússia e a Grã-Bretanha. Em suma, foi novamente um período de paz na Europa, porém, com o concerto dominado em grande medida por Bismarck, o que levou ao consequente desequilíbrio quando de sua saída.

Diante disso, podemos considerar inclusive que a África partilhada pelas potências europeias constituiu-se em amplo processo de unificação à força a despeito dos interesses dos africanos. A Conferência da África unificou territórios, povos, etnias, impérios, e, portanto, criou unidades territoriais sem base cultural, linguística, política e econômica para os africanos. Neste sentido, este processo de conquista visou restringir a ampla diversidade cultural, linguística, religiosa, política e econômica dos diferentes grupos, povos e etnias, impondo uma cultura, uma língua, uma religião, um regime político, uma economia, a partir da força, da escrita e de um aparato legal-jurídico alheio à realidade dos africanos.

Visualizando a cartografia dos Estados africanos e suas fronteiras, de imediato vem à mente o que foi perspectivado na Conferência de Berlim. Pode-se entender que se tem exagerado e mistificado a importância da referida Conferência na determinação das fronteiras coloniais africanas (WESSELING, 1998; BRUNSCHWIG, 1974). No entanto, é inquestionável que tem sido com as fronteiras então delineadas que a comunidade internacional tem se contentado, uma vez que as legitimou sem as questionar (DOPCKE, 1999).

A fixação das fronteiras africanas subordinou-se aos interesses da exploração dos recursos naturais e do comércio local pelas potências colonizadoras e, no movimento feroz da ocupação efetiva que urgia, as potências europeias não tiveram nem poderiam ter tido em conta (não se evitar o anacronismo), a realidade pré-existente: é que só então os europeus se viram obrigados a penetrar numa África profunda que desconheciam e que tinha estado entregue às suas próprias dinâmicas internas até à hora da partilha.

Apesar da não contestação das fronteiras traçadas em Berlim (1884-1885), havia dinâmicas territoriais pré-existentes à divisão que em muito condicionariam os contextos do desenvolvimento dos países africanos que ascenderiam à independência, na sua grande maioria, na segunda metade do século XX. Pouco estudadas ou mesmo esquecidas, essas mesmas dinâmicas são hoje recuperadas para a compreensão da África, como fica claro em estudos sobre os atuais conflitos étnicos na região.

REFERÊNCIAS

AMUN, Americas Model United Nations. Disponível em <http://amun.org.br/2011/> Acesso em 13 set. 2012.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África Negra** São Paulo: Perspectiva, 1993.



- CARRETERO, Mario. **Documentos de identidades: a construção da memória histórica em um mundo globalizado**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CONRAD, Joseph. **The Heart of Darkness** London, Penguin Books, 1994.
- DINNEN, M. *et alii*. Is participation in technology-enhanced Model United Nations Conferences the employability skills solution for learners? Report prepared for the Learning and Teaching Support Unit, **Australian Department of Education and Training**, 2016.
- DOPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra *in* **Revista Brasileira de Política Internacional**, no. 42, vol.1, pp 77 – 109, 1999.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste **A Europa de 1815 aos nossos dias: Vida política e relações internacionais**. São Paulo: Pioneira, 1985.
- ENGEL, S., PALLAS, J. & LAMBERT, S. (2017). Model United Nations and deep learning: theoretical and professional learning. **Journal of Political Science Education**, 13 (2), 171-184.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**, São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem** Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- KAPLAN, Morton A. **The new great debate in World Politics**, Vol. 19, n. 1, 1966.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**, Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**, New York, Simon and Schuster, 1994.
- KI-ZERBO, Joseph **África – História crítica da África ao sul do Saara** in JAGUARIBE, Hélio (org.) **Um Estudo crítico da história**, São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- LEVY, Brett. "Advising a Model United Nations club: A scaffolded youth-adult partnership to foster active participation and political engagement" (2016). **Educational Theory and Practice Faculty Scholarship**. 14.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluralidade epistêmica *in* SANTOS, B. S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.
- MINIONU, Modelo Intercolegial das Nações Unidas. Disponível em http://www.pucminas.br/mini-onu/index_padrao.php Acesso em 13/09/2012.
- MODELO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, Wikipedia.org, Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Modelo_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_internacionais Acesso em 03/09/2012.
- PAKENHAM, Thomas. **The scramble for Africa** London, George Weidenfeld & Nicholson, 1991.
- RANDIG, Rodrigo Wiese. **Simulações e modelos das Nações Unidas – Os diplomatas que brincavam de ser diplomatas** *in* **Revista Juca**, n. 4, Brasília, 2010.



RITTBERGER, Volker; ZANGL, Bernhard. **International Organization** Polity, Politics and Policies, New York, Palgrave Macmillan, 2006.

SMITH, Roger. **The long history of gaming in military training** in **Simulation & Gaming**, n. 41, 2010.

STARKEY, Brigid A.; BLAKE, Elizabeth L. **Simulation in International Relations Education** in **Simulation & Gaming**, n. 32, 2001.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**, Reading, Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**, Rio de Janeiro, LTC, 1982.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar** – a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.



APÊNDICE 1 – APRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE

SIMULAÇÃO: CONFERÊNCIA DE BERLIM SOBRE A ÁFRICA OCIDENTAL – 1884/1885

Disciplina: História das Relações Internacionais I

INTRODUÇÃO

O fim do século XIX é um período de grande relevância para o estudo das Relações Internacionais. O sistema europeu de hegemonia coletiva rumava para seu fim, perdendo sua elasticidade em um contexto de auto-afirmações nacionalistas engendradas pelas alterações na balança de poder regional, causadas pela unificação alemã. A sociedade europeia de Estados, por sua vez, independente de arranjos locais, realizava a expansão definitiva de suas regras, instituições e práticas, abrangendo todo o planeta. Os dois processos, simultâneos e de influência recíproca, são essenciais para a compreensão de eventos posteriores, tenham eles ocorrido pouco depois, como a escalada militarista que levou à Primeira Guerra Mundial, ou quase um século após, como os últimos esforços de descolonização africana.

Esta atividade é uma tentativa de trazer o estudo de ambos os processos para uma esfera mais prática. Para tal, a Conferência de Berlim sobre a África Ocidental será simulada de forma estilizada, de forma a ressaltar alguns aspectos importantes para o entendimento do período. Espera-se que a pesquisa voltada para a simulação e as atividades de caráter interativo sejam não apenas formas de fugir à rotina das aulas expositivas, como também possibilitem debates sobre outras questões, normalmente subjacentes aos eventos históricos – existe uma lógica por trás da ação dos agentes históricos? Até que ponto a História é determinada por fatores estruturais, como poder econômico e militar? Qual a importância do indivíduo na História?

As regras que orientarão a simulação da conferência, assim como a feitura das duas peças escritas e os critérios de avaliação serão detalhados abaixo.

1 REPRESENTAÇÕES

Os grupos deverão ser formados por quatro ou cinco alunos. Cada grupo receberá a designação de um dos países presentes na Conferência de Berlim, feita por sorteio em sala. A partir desse momento, o grupo passará a responder, dentro da atividade, como representante oficial do governo do país em questão. Os Estados presentes na Conferência são: Alemanha, Bélgica,



Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Império Austro-húngaro, Império Otomano, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, Rússia e Suécia.

2 RELATÓRIO 1

Após descobrir sua designação, cada grupo deverá produzir um relatório a ser entregue antes da simulação. Deverão constar do relatório:

- a) um texto (3000-3500 caracteres com espaços) no qual o grupo analisa a posição de seu país dentro do sistema regional europeu, descrevendo suas relações com os demais países e quais são seus interesses e possibilidades nesse sistema;
- b) um texto (3000-3500 caracteres com espaços) no qual o grupo analisa a posição de seu país no sistema extra-europeu, isto é, suas relações com colônias, povos e demais Estados de fora do continente, e descreve quais são seus interesses e possibilidades neste âmbito;
- c) um texto (2000-2500 caracteres com espaço) no qual o grupo, baseado nos itens a e b, apresenta quais serão suas posições quanto os tópicos a serem debatidos na conferência e a estratégia para defendê-las;
- d) as opções do grupo para Presidente da Primeira Sessão, Relator da Primeira Sessão, Presidente da Segunda Sessão, Relator da Segunda Sessão. O grupo deverá votar em países diferentes para cada uma das opções, considerando a estratégia apresentada no item c.
- e) Referências Bibliográficas.

Tendo em vista a extensão limitada dos itens a, b e c, os grupos estão dispensados de citar no corpo dos itens as referências usadas para o trabalho, bastando que constem do item e. O relatório deverá ser entregue uma aula antes da aula na qual ocorrerá a primeira sessão da simulação.

3 SIMULAÇÃO

A simulação da Conferência de Berlim ocorrerá em duas aulas, durante as quais os grupos debaterão os tópicos definidos, com o objetivo de chegar a dois documentos, um sobre cada tema, que orientarão a ação dos países representados quanto à ocupação da África. Na primeira aula, os debates deverão abordar a questão da navegação nos rios africanos e da abertura da região para o comércio. Espera-se que os participantes definam as diretrizes para a navegação em rios que atravessam domínios coloniais de mais de um Estado, a questão da navegação em caso de conflitos locais ou extrarregionais e a abertura dos estuários e portos. Devem ser



também discutidos e definidos parâmetros de comércio entre os Estados europeus e as colônias africanas, incluindo o comércio entre colônias e as transações entre as colônias e Estados que não suas metrópoles.

Na segunda aula, deverão ser debatidos os critérios para a anexação de território na África. Espera-se que os participantes considerem para tal os diversos fatores envolvidos na questão, como o costume europeu no tocante à definição fronteiriça, as unidades políticas locais, os possíveis mecanismos para a solução de divergências e os parâmetros para a demarcação.

3.1 REGRAS DA SIMULAÇÃO

Quórum

A sessão terá início quando dois terços (2/3) das delegações credenciadas estiverem presentes. Para que as resoluções sejam votadas, é preciso a presença de dois terços (2/3) das delegações credenciadas. As delegações que chegarem após o início da sessão serão automaticamente reconhecidas.

Debate

As sessões ocorrerem em constante debate moderado, isto é, não haverá o estabelecimento de uma lista de discursos, cabendo à presidência da sessão escolher as representações que farão seus discursos de forma a garantir o bom andamento do debate. Para realizar um discurso, a delegação deverá manter sua placa identificadora em posição vertical até ser reconhecido pela presidência da sessão, e somente após o reconhecimento pela presidência a delegação poderá fazer seu discurso. Apenas um representante de cada delegação poderá discursar em cada discurso.

A presidência é livre para estabelecer o tempo de discursos mais adequado, podendo inclusive mudar o tempo estabelecido caso verifique que o tempo anteriormente adequado não era o ideal para o fluxo do debate. Considerando o tempo curto da simulação, recomenda-se que o tempo máximo de cada discurso não ultrapasse os dois minutos. Uma vez que as sessões serão realizadas em constante debate moderado, não será possível a sessão de tempo de uma delegação para outra.

Durante o discurso, os representantes deverão fazer declarações pertinentes ao tema do debate, expondo seus posicionamentos de modo claro, e primar pelo decoro. Casos de desobediência grave às normas poderão ser punidos pelo professor com retirada da simulação e perda automática dos pontos da atividade.

Questões

Entre os discursos, os delegados poderão levantar questões relativas ao debate, adereçadas à presidência da sessão. São elas:



- a) Questão de privilégio pessoal: caso a representação esteja sentindo algum desconforto, como não conseguir ouvir o discurso de algum delegado.
- b) Questão de dúvida: caso a representação possua alguma dúvida sobre os procedimentos do debate.

Para fazer essas questões, o delegado portador da placa identificadora deverá levantá-la acima da cabeça no intervalo entre o reconhecimento de um discurso e outro pela presidência da sessão. Assim como no caso dos discursos, os delegados devem esperar serem reconhecidos para fazer sua questão.

Documentos

Na Conferência, caberá às representações eleitas como relatoras sumariar as posições apresentadas pelos participantes. Elas deverão ser condensadas em um documento que apresente as diretrizes debatidas e sirva como base para as futuras ações europeias na África relativas ao tópico da sessão. A delegação relatora irá escrever o documento após a sessão à qual coube a ela relatar, e trará o documento para a sessão ou aula seguinte. No início da sessão ou aula seguinte, o documento estará automaticamente em votação, caso estejam presentes ao menos dois terços (2/3) das delegações credenciadas. São necessários os votos afirmativos de dois terços (2/3) das delegações credenciadas para a aprovação de um documento. A votação será feita por chamada em ordem alfabética, e as delegações poderão votar “a favor”, “contra”, se abster ou passar o voto. As que optarem por passar o voto irão votar após o término da votação em lista, podendo então votar “a favor” ou “contra”.

4 RELATÓRIO 2

Após o término da simulação, cada delegação deverá apresentar um segundo relatório escrito, do qual constarão as seguintes partes:

- a. Um texto (entre 3000 – 3500 caracteres com espaços) no qual as delegações farão uma avaliação da atuação da delegação na simulação, relacionando o que foi decidido nos documentos finais com os interesses previamente delineados no Relatório 1
- b. Um texto (entre 3000 – 3500 caracteres com espaços) contrastando o que foi decidido nos documentos finais com os documentos da Conferência de Berlim real, mostrando as semelhanças e diferenças e identificando as possíveis razões de ambas.
- c. Referências Bibliográficas



Tendo em vista a extensão limitada do item b, os grupos estão dispensados de citar no corpo do item as referências usadas para o trabalho, bastando que constem do item c.

5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O trabalho será avaliado por meio de pontuação. Serão critérios de avaliação a acuidade histórica das pesquisas feitas para os relatórios 1 e 2, o uso da lógica na aplicação da pesquisa para a construção do posicionamento da delegação, a participação nos debates e a observância das regras do debate.



APÊNDICE 2 – GUIA DE ESTUDOS DA ATIVIDADE

Guia de estudos – Conferência de Berlim sobre a África Ocidental

Caros alunos,

O guia de estudos a seguir é composto por uma série de fragmentos coletados em livros e documentos, e seu objetivo é compor um quadro de informações que contextualize historicamente o trabalho sobre a simulação da Conferência de Berlim, tanto em sua fase escrita quanto nas atividades em sala. Apesar de abrangente, o conteúdo deste guia não é exaustivo, isto é, não abrange todo o escopo de informações necessário para a feitura do trabalho. Vocês deverão tê-lo somente como base e orientação de leitura para uma pesquisa mais aprofundada.

Boa leitura!

1 O QUADRO ECONÔMICO, SOCIAL E TECNOLÓGICO

“Não obstante, todas essas guerras¹ (...) levavam à uma conclusão geral: as potências derrotadas eram as que tinham deixado de adotar a “revolução militar” de meados do século XIX, de adquirir as novas armas, de mobilizar e equipar grandes exércitos, de usar as melhores comunicações proporcionadas pelas ferrovias, o navio a vapor e o telégrafo, e não dispunham de uma base industrial produtiva para manter as forças armadas.” (KENNEDY, 1989, p. 188).

“(...) o meio século que se seguiu à batalha de Waterloo caracterizou-se por um firme crescimento de uma economia internacional, pelos aumentos produtivos em grande escala provocados pelo desenvolvimento industrial e modificações técnicas, pela relativa estabilidade do sistema de grandes potências e a ocorrência de guerras apenas localizadas e de curta duração. Além disso, embora houvesse alguma modernização dos armamentos militares e navais, o progresso dentro das forças armadas foi muito menor do que nas esferas civis, sujeitas tanto à Revolução Industrial como a uma transformação político-constitucional. (...) A partir da década de 1860, além do mais, essas tendências se intensificariam. O volume de comércio mundial e, o que é mais importante ainda, o crescimento da produção manufatureira aumentaram rapidamente.” (KENNEDY, 1989, p. 188).

“A concorrência foi substituída pelo monopólio. Os pequenos negociantes foram expulsos do mercado pelos grandes. O pequeno negócio foi esmagado pelo grande negócio, ou com ele se fundiu para fazer um negócio ainda maior. Em toda parte houve crescimento, fusão,

¹ Nota do Editor: Os conflitos entre 1815 e 1885, à exceção da Guerra Civil Americana, classificados pelo autor como “campanhas menores (...) limitadas em aspectos significativos (...)”.



concentração – indústrias gigantescas e formavam, indústrias que buscavam o monopólio. A substituição gradual da concorrência pelo monopólio não foi uma imposição externa, mas uma evolução da própria concorrência. O monopólio surgiu de dentro da concorrência (...) O monopólio não foi um invasor estranho que atacasse e conquistasse a concorrência. Foi um crescimento natural da própria concorrência.” (HUBERMAN, 1986, p. 239)

“Dentro das grandes indústrias, a capacidade de produzir superava a capacidade de consumir. Todas tinham um excedente de mercadorias manufaturadas, para as quais necessitavam encontrar mercados externos.” (HUBERMAN, 1986, p. 246)

“O imperialismo é a tentativa dos grandes controladores da indústria de ampliar o canal para o fluxo de sua riqueza excedente, procurando mercados estrangeiros e investimentos estrangeiros que consumam as mercadorias e o capital que não podem vender ou empregar internamente.” (HOBSON *apud* HUBERMAN, 1986, p. 250).

“De fato, a sua civilização agora precisava do exótico. O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos. O motor de combustão interna, criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo e da borracha.” (HOBBSAWM, 2011, p. 107).

“Para explorar minas, construir vias férreas ou barragens, criar plantações em países novos e em sua maioria inexplorados tornava-se necessário chegar até eles e neles permanecer. Entre os capitais, simples fundos de giro das firmas comerciais, e os investimentos exigidos por esses trabalhos de infra-estrutura, havia uma diferença fundamental. A técnica moderna permitia aos brancos penetrar na África e aí se manter. Cabia à política assegurar-lhes o controle desses territórios e de assumir os custos de sua aquisição.” (BRUNSCHIWIIG, 1974. p. 21).

“Contudo, a densidade mesma da rede global de comunicações, a própria facilidade do acesso a países estrangeiros intensificaram, direta ou indiretamente, o confronto e a entremescla dos mundos ocidental e exótico. Eram poucos os que conheciam e refletiam sobre ambos, embora esse número tenha sido aumentado no período (...)” (HOBBSAWM, 2011, p. 132-133)

“Grande parte do mundo não desenvolvido não possuía estados deste [tipo, constitucional], nem, por vezes, de nenhum tipo. Parte dele era composto de colônias das potências europeias diretamente administradas por elas (...) Alguns deles, no interior da África, por exemplo, consistiam de unidades políticas às quais o termo “Estado”, no sentido corrente na Europa, não podia ser rigorosamente aplicado, embora outros termos então correntes (“tribos”) não fossem muito melhores.” (HOBBSAWM, 2011, p. 45).



2 O SISTEMA EUROPEU

“A *Realpolitik* – política externa baseada em cálculos de poder e no interesse nacional – gerou a unificação da Alemanha. E a unificação da Alemanha fez com que a *Realpolitik* se voltasse contra si mesma, obtendo o oposto do que se esperava que ela conseguisse. Afinal, a prática da *Realpolitik* evita corridas armamentistas e guerras somente se os atores principais do sistema internacionais são livres para ajustar suas relações de acordo com as circunstâncias que se alteram, ou se eles são coagidos por um sistema de valores compartilhados, ou ambos.

Após sua unificação, a Alemanha se tornou o país mais forte do continente, e estava se fortalecendo a cada década, destarte revolucionando a diplomacia europeia. Desde a emergência do sistema moderno de Estados no tempo de Richelieu, os poderes das margens da Europa – Grã-Bretanha, França e Rússia – estiveram exercendo pressão sobre o centro. Agora, pela primeira vez, o centro da Europa estava se tornando suficientemente poderoso para pressionar a periferia. Como iria a Europa lidar com este novo gigante em seu meio?

A geografia criou um dilema insolúvel. De acordo com as tradições da *Realpolitik*, as coalizões europeias provavelmente se ergueriam para conter o crescente, potencialmente dominante, poder alemão. Uma vez que a Alemanha estava localizada no centro do continente, ela permanecia sob perigo constante daquilo que Bismarck chamava de “*le cauchemar des coalitions*” – o pesadelo das hostis, envolventes coalizões. Mas se a Alemanha tentasse se proteger de uma coalizão de todos os seus vizinhos – Leste e Oeste – simultaneamente, era certo que ela os ameaçaria individualmente, acelerando a formação de coalizões. Profecias que se auto-cumprem se tornaram uma parte do sistema internacional. O que ainda era chamado de O Concerto da Europa era de fato dividido por dois esquemas de animosidades: a inimizade entre a França e a Alemanha e a hostilidade crescente entre os impérios Austro-Húngaro e Russo².” (KISSINGER, 1994, p. 137-138).

“Metternich tinha sido capaz de estabelecer algo próximo do governo europeu porque os governantes da Europa consideravam sua unidade ideológica como o quebra-mar indispensável

² Tradução nossa. Do original: “*Realpolitik* – foreign policy based on calculations of power and the national interest – brought about the unification of Germany. And the unification of Germany caused *Realpolitik* to turn on itself, accomplishing the opposite of what it was meant to achieve. For the practice of *Realpolitik* avoids armaments races and war only if the major players of an international system are free to adjust their relations in accordance with changing circumstances or are restrained by a system of shared values, or both.

After its unification, Germany became the strongest country on the Continent, and was growing stronger with every decade, thereby revolutionizing European diplomacy. Ever since the emergence of the modern state system in Richelieu’s time, the powers at the edge of Europe – Great Britain, France and Russia – had been exerting pressure on the center. Now, for the first time, the center of the Europe was becoming sufficiently powerful to press on the periphery. How would Europe deal with this new giant in its midst?

Geography has created an insoluble dilemma. According to all the traditions of *Realpolitik*, European coalitions were likely to arise to contain Germany’s growing, potentially dominant, power. Since Germany was located in the center of the Continent, it stood in constant danger of what Bismarck called “*le cauchemar des coalitions*” – the nightmare of hostile, encircling coalitions. But if Germany tried to protect itself against a coalition of all of its neighbors – East and West – simultaneously, it was certain to threaten them individually, speeding up the formation of coalitions. Self-fulfilling prophecies became a part of the international system. What was still called the Concert of Europe was in fact riven by two sets of animosities: the enmity between France and Germany, and the growing hostility between the Austro-Hungarian and the Russian Empires”



contra a revolução. Porém, por volta da década de 1870, ou o medo da revolução tinha diminuído ou os vários governos pensavam que poderiam derrotá-lo sem assistência de fora. Quando as Grandes Potências viam umas às outras, elas não mais viam parceiros em uma causa comum, mas rivais perigosos, talvez mortais. A confrontação emergiu como o método diplomático padrão.³ *Idem*, p.145

“Assim, as principais características do sistema internacional que surgiria em fins do século XIX já eram perceptíveis⁴, mesmo que poucos observadores pudessem vê-las claramente. De um lado, a pentarquia relativamente estável do sistema de Concerto, depois de 1815, se dissolvia, não só por estarem seus membros mais dispostos a lutarem uns contra os outros na década de 1860 do que algumas décadas antes, mas também porque alguns desses Estados eram duas ou três vezes mais poderosos do que outros. (KENNEDY, 1989, p.189).

“A paz na Europa [em 1878] era tão frágil quanto sua própria saúde, apesar de seu triunfo no Congresso de Berlim, esmagando as tentativas russas de selar a vitória recente sobre os turcos com novos ganhos territoriais na Europa. E fora da Europa, o gabinete já tinha uma guerra impopular nas suas mãos: uma invasão do Afeganistão. Isso estava sendo forçado sobre eles por um obstinado Vice-rei, Lord Lytton, que clamava ser esse o único modo de proteger a Índia do abraço de urso da Rússia⁵.” (PAKENHAM, 1991, p. 57).

“O “sistema bismarckiano”, o qual o tinha feito famoso, era preocupado exclusivamente com a Europa. “Aqui está a Rússia e aqui está a França”, ele mais tarde disse para um surpreso explorador alemão, “com a Alemanha no meio. Esse é meu mapa da África.”⁶ (PAKENHAM, 1991, p. 203).

3 O SISTEMA COLONIAL ATÉ 1884

“Entretanto, mesmo sendo o colonialismo apenas um dos aspectos de uma mudança mais geral das questões mundiais, foi, com toda clareza, o de impacto mais imediato. (...) Os imperadores

³ Tradução nossa. Do original: “Metternich had been able to establish an approximation of European government because the rulers of Europe considered their ideological unity as the indispensable breakwater against revolution. But by the 1870s, either the fear of revolution had subsided or the various governments thought they could defeat it without outside assistance (...) When the Great Powers viewed each other, they no longer saw partners in a common cause but dangerous, even mortal, rivals. Confrontation emerged as the standard diplomatic method.”

⁴ N.E: Em meados da década de 1880

⁵ Peace in Europe was as fragile as his own health, despite his triumph at the Congress of Berlin, thwarting the Russians’ attempts to seal their recent victory over the Turks by new territorial gains in Europe. And outside Europe, the Cabinet had already one unpopular war on their hands: an invasion of Afghanistan. This was being forced on them by a headstrong Viceroy, Lord Lytton, who claimed it was the only way to protect India from the Russian bear hug.

⁶ The Bismarckian ‘system’, which he had made famous, was exclusively concerned with Europe. ‘Here is Russia and here is France’, he later told a startled German explorer, ‘with Germany in the middle. That is my map of Africa.’



e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo. A palavra (...) foi introduzida na política na Grã-Bretanha, nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década.” (HOBSBAWM, 2011, p. 102-103)

“O Rei Peter e os chefes Quachi e Wuaka, considerando que é de seu interesse estabelecer relações comerciais com um povo rico e bom, e organizar-se sob a soberania de seu poderoso monarca, instituem diante de testemunhas subscritas os artigos do tratado que se segue (...)

Artigo 1 – A plena soberania do país e do Rio de Grand Bassam é concedida ao Rei dos franceses; os franceses terão portanto sozinhos o direito de aí arvorar seu pavilhão e de aí fazer todas as construções e fortificações que julgarem úteis ou necessárias, comprando as terras dos proprietários atuais.

Nenhuma outra nação poderá estabelecer-se aí em razão da soberania concedida ao Rei dos franceses. (...)

Artigo 3. Em troca dessas concessões, será outorgada ao Rei e a seu povo a proteção dos navios de guerra franceses. Ademais, será pago ao Rei, quando da ratificação do tratado, o seguinte:

- 10 peças de tecidos sortidos,
- 5 barris de pólvora de 25 libras,
- 10 fuzis de um tiro,
- 1 saco de tabaco,
- 1 barril de aguardente,
- 5 chapéus brancos,
- 1 guarda-sol,
- 2 espelhos,
- 1 realejo. (...)

Artigo 5 – Se algumas desavenças surgirem entre as partes contratantes e os nativos, devem ser solucionadas pelo comandante do primeiro navio de guerra que chegar ao país, o qual deve fazer justiça aos culpados não importa a que lado pertençam. (...)

Artigo 7 – O presente tratado vigorará a partir de hoje quanto à soberania estipulada; do contrário os signatários exporiam seu país aos rigores da guerra que nesse caso lhes fariam os navios de guerra franceses.” [Tratado de 19 de fevereiro de 1842 com o Rei Peter de Grand Bassam] (BRUNSCHI WIG, 1974, 76)

“O que ele tinha descoberto teria sido um golpe violento para Livingstone. Todas as evidências mostravam que o Lualaba era o Congo, não o Nilo. Ainda assim Cameron acreditava que essa fonte desconhecida do Congo era de fato a maior de todas as descobertas de Livingstone. Quatro vezes o tamanho do Nilo, quando ainda a 1000 milhas do mar, o Congo serviria, muito melhor



que o Nilo, como o caminho aberto para levar o comércio e a Cristandade para o coração da África⁷.” (PAKENHAM, 1991, p. 7)

“[Na Conferência Geográfica de Bruxelas de 1878] Os delegados dividiram-se em dois grupos separados – mantendo os delegados alemães cuidadosamente separados dos franceses – para decidir qual a melhor forma de coordenar o trabalho de exploração. No dia seguinte a conferência discutiu os planos dos sub-comitês: a localização das ‘estações’ (entrepósitos) a serem construídos pela África Central entre Luanda e Zanzibar. No terceiro dia a conferência tinha chegado a um acordo sobre formas e meios. O novo organismo internacional seria chamado de Associação Internacional Africana. Haveria uma instância governante chamada de Comissão Internacional, uma executiva internacional e finalmente os vários comitês nacionais para cada país⁸.” (PAKENHAM, 1991, p. 22).

“Em 1878 o público britânico tinha pouco apetite por novas colônias na África tropical. Um ano antes, em 12 de abril de 1877, o governo de Disraeli tinha feito um ousado movimento inesperado na África do Sul, a 2000 milhas ao sul do Congo. Em uma mordida, a Grã-Bretanha tinha anexado a república boer do Transvaal. O motivo principal era estratégico: proteger a base britânica no Cabo⁹” (PAKENHAM, 1991, p. 39)

“No outono de 1878 Stanley tinha se comprometido formalmente com Leopoldo: servir ao Rei Leopoldo II na África por um período de cinco anos. Os planos eram vagos, e ele fora avisado para manter as coisas em segredo enquanto possível (...) Três hospitais e estações científicas entre Boma e Stanley Pool, um plano de transporte para ligar o Congo superior ao inferior: isso era tudo a que a missão ‘filantrópica e científica’ buscava, e era parte da cruzada de Leopoldo para abrir a África sob os auspícios da Associação Internacional Africana¹⁰.” (PAKENHAM, 1991, p. 60).

⁷ What he had discovered would have been a crushing blow to Livingstone. For all the evidence showed that the Lualaba was the Congo, not the Nile. Yet Cameron believed that this unknown source of the Congo was in fact the greatest of all Livingstone’s discoveries. Four times the size of the Nile, when still 1.000 miles from the sea, the Congo would serve, far better than the Nile, as the open path to bring commerce and Christianity into the heart of Africa. (p. 7)

⁸ In due course delegates divided into separate groups – keeping the German delegates carefully separate from the French – to decide how best to co-ordinate the work of exploration. Next day the conference discussed the plans of the sub-committees: the location of ‘stations’ (depots) to be built across Central Africa between Loanda and Zanzibar. By the third day the conference had agreed on ways and means. The new international body would be called the International African Association. There would be a governing body called the International Commission, an international executive, and finally the various national committees for each country.

⁹ In 1878 the British public had little appetite for new colonies in tropical Africa. A year earlier, on 12 April 1877, Disraeli’s government had made an unexpectedly bold move in South Africa, 2000 miles south of the Congo. In one bite, Britain had annexed the Boer republic of the Transvaal. The chief motive was strategic: to protect the British base at the Cape.

¹⁰ Late in the autumn of 1878 Stanley had formally committed himself to Leopold: to serve King Leopold II in Africa for a term of five years. The plans were vague, and he was warned to keep things secret as long as possible. (...) Three hospitals and scientific stations between Boma and Stanley Pool, a transport plan to link the upper and the lower Congo: this was all his ‘philanthropic and scientific’ mission amounted to, and it was part of Leopold’s crusade to open up Africa under the auspices of the International African Association.



“A Tunísia era a chave estratégica para a Argélia, a principal colônia da França. Era também a chave para regenerar a França. Ou eles agarravam a chance, adotavam uma política progressista em questões exteriores, o que significava uma política de expansão colonial, e cumpriam com a opção secreta de proteger a Argélia ao ocupar a Tunísia. Ou eles se resignariam a ser a piada da Europa, desdentada e impotente, enquanto a Itália capturava a Tunísia sob seus narizes¹¹.” (PAKENHAM, 1991, p. 109)

“Na verdade, o pomo de Bismarck havia mudado tudo. Com a abertura de uma ópera bufa, uma nova era colonial havia começado. O prelúdio estava quase no fim. Uma nova fase de repartições estava começando e a corrida pela África estava apenas a um ano de começar. Somente uma coisa evitava isso: a *entente* de quarenta anos entre a Grã-Bretanha e a França. Foi Gladstone, o principal anti-imperialista de sua era, quem cortou a fita e acidentalmente começou a corrida, enquanto estava enterrado até o pescoço nas areias do Egito¹².” (PAKENHAM, 1991, p. 122)

“Como líderes da SPG, eles agora constituíam formalmente o Comitê Nacional Francês da Associação Internacional Africana (AIA) de Leopoldo. Ademais, Jules Ferry, como ministro da Instrução Pública, tinha prometido 100000 francos (4000 libras) do dinheiro do governo francês para as iniciativas privadas do novo comitê francês. Como resultado do lobby de Montaignac, acordou-se que a expedição de Brazza deveria receber metade desse pequeno subsídio. Brazza iria estabelecer uma das duas estações para o comitê francês, ligando o Ogowe superior no Gabão com o Congo superior. Era no Congo inferior que Stanley, comissionado por Leopoldo e pela AIA principal em Bruxelas, já tinha começado a trabalhar mais cedo naquele ano, 1879.

Poder-se-ia imaginar que haveria cooperação entre as duas expedições. Afinal de contas, ambas estavam tentando explorar o mesmo rio e eram ambas patrocinadas pela mesma associação, a AIA. Ao contrário, cada uma delas era mantida mais secretamente o possível da outra. Quanto mais Brazza, Montaignac e seus apoiadores no comitê francês descobriam sobre Leopoldo e o comitê principal, mais eles tinham dúvidas¹³.” (PAKENHAM, 1991, p. 145)

¹¹ Tunisia was the strategic key to Algeria, France’s principal colony. It was also the key to regenerating France. Either they seized their chance, adopted a forward policy in foreign affairs, meaning a policy of colonial expansion, and took up their secret option for protecting Algeria by occupying Tunisia. Or else they must resign themselves to being the laughing stock of Europe, toothless and impotent, while Italy snatched Tunisia from under their noses.

¹² In fact, Bismarck’s pear had changed everything. With an opera bouffe overture, a new colonial era had begun. The prelude was nearly over. A new phase of partition was beginning and the race for Africa was only a year ahead. Only one thing prevented this: the forty-year *entente* between Britain and France. It was Gladstone, the leading anti-imperialist of his era, who snapped the link and inadvertently started the race, while up to his neck in the sands of Egypt.

¹³ As leaders of the SGP they were now formally constituted as the French National Committee of Leopold’s International African Association (IAA). Moreover, Jules Ferry, as Minister of Public Instruction, had promised 100000 francs (4000 pounds) of French government money for the private ventures of this new French committee. As a result of Montaignac’s lobbying, it was agreed that Brazza’s expedition should get half of this small subsidy. Brazza would set up one of the two stations for the French committee, linking the upper Ogowe in Gabon with the upper Congo. It was in the lower Congo that Stanley, commissioned by Leopold and the main IAA in Brussels, had already started work earlier that year, 1879.



“Brazza se levantou, cartuchos em sua mão direita, tecido em sua esquerda, e disse para os chefes “Homens brancos tem duas mãos. A mais forte é a mão da guerra. A outra mão é a mão do comércio. Qual mão os Abanhos querem?” “Comércio” eles todos gritaram. Então Brazza jogou os cartuchos em um buraco, plantou nele uma árvore e disse “Que não haja guerra novamente até que essa árvore dê um cacho de cartuchos.”

Enquanto isso, em 10 de setembro, Makoko tinha solenemente colocado sua assinatura em um tratado político da mais alta importância. Ele dava a Brazza tudo – isto é, tudo aquilo necessário para esmagar Stanley. Makoko cedeu seus direitos de herança como chefe para a França, e colocou-se sob proteção da bandeira francesa¹⁴.” (PAKENHAM, 1991, p. 148)

“Mas do outro lado do Pool a bandeira da AIA tremulava sobre Leopoldville, a quarta estação de Stanley. A menos que o governo francês agisse rapidamente para ratificar o tratado, a França perderia qualquer acesso para a riqueza do Congo. Leopoldo afirmava que seu trabalho na África era internacional e filantrópico, mas desde então seus agentes tinham assinado tratados com os nativos no Congo inferior em Vivi que deram-no direitos comerciais exclusivos para explorar a produção daquela área¹⁵.” (PAKENHAM, 1991, p. 154)

“Leopoldo decidiu criar uma nova frente chamada Associação Internacional do Congo. Seria nesse vestido diplomático que ele fundaria o Estado Livre do Congo. (...) Era mais seu estilo usar uma coroa como chefe de estado do que uma cartola em um escritório da City. Sob o novo plano as frentes seriam dispensadas e revelariam-no como o mandatário absoluto de um estado soberano, *le roi souverain* cuja meta altruísta era levar a civilização à África. (...) Sua mudança tinha um toque de gênio. O Estado Livre iria encorajar os negócios mas não faria ele próprio os negócios. Essa isca para investidores privados – livre-comércio, pelo menos no papel (...)”¹⁶” (PAKENHAM, 1991, p. 161).

One might have imagined that there would be co-operation between the two expeditions. After all, they were both trying to open up the same river and were both sponsored by the same association, the IAA. On the contrary, each of the two expeditions was kept as secret as possible from the other. The more that Brazza, Montaignac and his other backers on the French committee of the IAA learnt about Leopold and the main committee, the more they had begun to wonder.

¹⁴ Brazza jumped up, cartridges in his right hand, trade cloth in his left, and said to the chiefs, ‘White men have two hands. The stronger hand is the hand of war. The other hand is the hand of trade. Which hand do the Abanhos want?’ ‘Trade,’ they all cried. Then Brazza threw the cartridges in a hole, planted a tree on top, and said, ‘May there never be war again until this tree bears a crop of cartridges.’

Meanwhile, on 10 September, Makoko had solemnly put his mark to a political treaty of the highest importance. It gave Brazza everything – that is, everything required to thwart Stanley. Makoko ceded his inheritance rights as overlord to France, and placed himself under the protection of the French flag

¹⁵ But on the other side of the Pool the flag of the IAA flew over Leopoldville, Stanley’s fourth station. Unless the French government acted swiftly to ratify the treaty, France would lose all access to the wealth of the Congo. Leopold claimed that his work in Africa was international and philanthropic, but already his agents had signed treaties with natives on the lower Congo at Vivi that gave him exclusive commercial rights to exploit the produce of that area.

¹⁶ Leopold decided to create a new front called the International Association of the Congo. It would be in this diplomatic dress that he would found the Congo Free State. (...) It was more his style to wear a crown as a head of state, than a top hat in a City boardroom. Under the new plan the fronts would be discarded and reveal him as



“Um protetorado de papel, virtualmente sem administração, não custaria nada comparado com uma colônia real – pelo menos nos primeiros anos. Então protetorado seria. Mas mesmo o custo insignificante do protetorado – salários de dois ou três vice-cônsules, digamos 5000 libras por anos mais as suas despesas – era um fardo muito pesado¹⁷.” (PAKENHAM, 1991, p. 198)

“Eu concordo com você em que há algo absurdo na súbita disputa por colônias, e eu estou tão pouco disposto quanto você a me juntar a ela; mas há uma diferença entre querer novas aquisições e manter as que nós temos; (...)”¹⁸ (DERBY *apud* PAKENHAM, 1991, p. 217)

4 ÁFRICA: REAL E IMAGINADA

“Antes de mais nada, o Estado representa um princípio e um sistema. O princípio consiste em substituir o poder individual e as lealdades a ele associadas por um órgão abstrato que detém o monopólio da violência legítima e da criação de normas aplicáveis a todos os seus súditos. A forma como esse sistema está organizado difere de um país para outro. Na África, muitas sociedades preferiram permanecer sem tal estrutura, mas tinham um governo linear, ou baseado em clãs, por vezes extremamente sofisticado. Além disso, em vez de centralizar a sua administração, homogeneizando toda a população, as monarquias e os impérios abriam às vezes uma oportunidade para o autogoverno, na medida em que o único vínculo permanente com a “autoridade central” era o pagamento de um tributo e uma “homenagem” periódica.” (KIZERBO, 2001)

“Quando eu era um cara novo eu tinha uma paixão por mapas. Eu olharia por horas para a América do Sul, ou África, ou Austrália, e me perderia em todas as glórias da exploração. Naquela época havia muitos espaços vazios na terra. (...) Verdade, nessa época não era mais um espaço vazio. Ele se encheu desde minha infância com rios e lagos e nomes. Ele tinha deixado de ser um espaço vazio de mistério deleitante – um naco branco para que um garoto sonhasse gloriosamente.¹⁹” (CONRAD, 1994)

absolute ruler of a sovereign state, *le roi souverain* whose selfless aim was to bring civilization to Africa. (...) His volte-face had a touch of genius. The Free State would encourage business but not do business itself. This bait for private investors – free trade, on paper at least (...)

¹⁷ A paper protectorate, with virtually no administration, would cost nothing compared with a real colony – at least in the early years. So protectorate it must be. But even the trifling cost of the protectorate – salaries of two or three vice-consuls, say 5000 pounds a year plus their expenses – was a too heavy burden (...)

¹⁸ I agree with you that there is something absurd in the sudden Scramble for colonies, and I am as little disposed to join in as you can be; but there is a difference between wanting new acquisitions and keeping what we have; (...)

¹⁹ Tradução nossa. Do original: “Now when I was a little chap I had a passion for maps. I would look for hours at South America, or Africa, or Australia, and lose myself in all the glories of exploration. At that time there were many blank spaces on the earth, (...) True, by this time it was not a blank space any more. It got filled since my



“O principal objetivo na missão de vocês no Congo não é ensinar aos crioulos a conhecer Deus, isso eles já sabem. Eles falam com e se submetem a um Mungo, um Nzambi, um Nzakomba e sei lá mais o que. Eles sabem que matar, dormir com a mulher de outro e mentir e insultar é ruim. Tenha coragem de admitir, você não irá ensiná-los o que eles já sabem. O papel essencial de vocês é facilitar a tarefa dos administradores e industriais, o que quer dizer que vocês irão interpretar a palavra de Deus da forma que será a melhor para os seus interesses naquela parte do mundo.²⁰” Carta aos missionários belgas no Congo, disponível em <http://malema.byo24.com/index.php?id=iblog&iblog=473>

“O descobrimento casual do diamante no Transvaal em 1867, depois o do ouro no Rand em 1881 e do cobre na Rodésia, colocaram a África entre os continentes onde, como na Austrália e na América, emigrantes de espírito aventureiro podiam realizar fortunas fabulosas” BRUNSCHIWIG, 1974, p. 18)

“Abrir para a civilização a única parte do globo onde ela ainda tem de penetrar, furar a escuridão que envolve populações inteiras, é, eu ousa dizer, uma cruzada válida do século de progresso²¹.” (LEOPOLD *apud* PAKENHAM, 1991).

“Bonny era o lugar onde os barcos dos correios despejavam suas levas de tecidos de Manchester e cargas de rifles obsoletos, entre as paredes verde-escuras do mangue, lamaçais e as fábricas brancas dos comerciantes. As pessoas diziam que Bonny era um bom lugar quando se acostumava com ele – se você sobrevivesse tanto²².” (PAKENHAM, 1991, p. 191)

“Que eu seja escolhido para sucedê-lo na abertura da África à luz brilhante da Cristandade! Meus métodos, porém, não serão os de Livingstone. Cada homem tem seu modo. Os dele, creio eu, tinham seus defeitos, ainda que o velho, pessoalmente, tenha sido quase um cristo for sua bondade, paciência...e auto-sacrifício. O mundo egoísta e cabeça-dura precisa de comando, assim como de caridade amorosa²³.” (STANLEY *apud* PAKENHAM, 1991, p. 26)

boyhood with rivers and lakes and names. It had ceased to be a blank space of delightful mystery – a white patch for a boy to dream gloriously over.”

²⁰ Your principal objective in your mission in the Congo is never to teach the niggers to know God, this they know already. They speak and submit to a Mungo, one Nzambi, one Nzakomba and what else I don't know. They know that to kill, to sleep with someone else's wife and to lie and to insult is bad. Have courage to admit it, you are not going to teach them what they know already. Your essential role is to facilitate the task of administrators and industrials, which means you will go to interpret the gospel in the way it will be the best your interests in that part of the world.

²¹ To open to civilization the only part of our globe where it has yet to penetrate, to pierce the darkness which envelops whole populations, it is, I dare to say, a crusade worthy of the century of progress.

²² Bonny was the place where the mail steamers dumped their loads of Manchester cottons and crates of obsolete rifles, among the walls of dark green mangrove, mud flats and white factories of the traders. People said Bonny was a nice place once you got used to it – if you lived that long.

²³ May I be selected to succeed him in opening up Africa to the shining light of Christianity! My methods, however, will not be Livingstone's. Each man has his own way. His, I think, had its defects, though the old man, personally,



“Se vocês Wasungu [homens brancos] estão desejosos de jogar suas vidas for a, isso não é razão para que nós árabes o fizéssem. Nós viajamos aos poucos para conseguir marfim e escravos, e são anos nisso – fazem sete anos que eu deixei Zanzibar – mas vocês homens brancos somente procuram por rios e lagos e montanhas, e vocês gastam suas vidas sem nenhuma razão e para nenhum propósito²⁴.” (TIP *apud* PAKENHAM, 1991, p. 29)

“O homem dos remédios (sic) [então] se levanta e se ajoelha na minha frente, segurando sua lança e sua espada...depois disso ele coloca sua mão na minha como sinal de respeito.

Então eu faço o chefe saber que eu também sou um chefe em meu país, e que quando dois chefes se encontram, eles se cumprimentam...então eu vou e o cumprimento, e então eu sento ao seu lado em um amontoado²⁵.” (BRAZZA *apud* PAKENHAM, 1991, p. 147).

“Agora a bacia do Congo é um vazio, um desperdício infrutífero, uma área desolada e improdutiva...tem sido nosso propósito preencher esse vazio com vida, redimir esse desperdício, plantar e colher para que o homem negro possa acumular, vivificar as amplas, selvagens terras esquecidas pela Europa. Mas amaldiçoado seja ele ou eles que, animado pela inveja sem causa e espírito de perturbação, nos leve a dispensar nossa estação, destruir nosso trabalho começado de forma tão notável, e abandonar a África à sua carência anterior e selvageria²⁶.” (STANLEY *apud* PAKENHAM, 1991, p. 159-160)

“Cara madame [Rainha Vitória],

(...) Nós queremos ter todos os costumes alterados, também nós queremos fazer de acordo com a palavra de seu cônsul. Muitas guerras no nosso país. Muitos assassinatos e muito adoradores de ídolos. (...)

Nós falamos com o cônsul inglês muitas vezes sobre ter um governo inglês aqui. Nós nunca tivemos resposta sua, então nós queremos nós mesmos escrever para você; Quando nós soubemos do rio Calabar, como eles tem leis inglesas em suas cidades, e como eles deixaram

has been almost Christ-like for goodness, patience,...and self-sacrifice. The selfish and wooden-headed world requires mastering, as well as a loving charity.

²⁴ If you Wasungu [white men] are desirous of throwing away your lives, it is no reason we Arabs should. We travel little by little to get ivory and slaves, and are years about it – it is nine years since I left Zanzibar – but you white men only look for rivers and lakes and mountains, and you spend your lives for no reason, and to no purpose.

²⁵ The medicine man [then] gets up and kneels in front of me, holding his spear and his sword...after that he lays his hands on mine as a mark of respect. Then I let the chief know that I am a chief in my own country, and that when two chiefs meet, they shake hands...Then I go and shake his hand, and then I sit down beside him on a bale.

²⁶ As yet the Congo basin is a blank, a fruitless waste, a desolate and unproductive area...It has been our purpose to fill this blank with life, to redeem this waste, to plant and sow that the dark man may gather, to vivify the wide, wild lands so forgotten by Europe. But cursed be he or they who, animated by causeless jealousy and a spirit of mischief, will compel us to fire our station, destroy our work so conspicuously begun, and abandon Africa to its pristine helplessness and savagery.



de lado suas superstições, oh, nós ficaríamos muito gratos em ser como Calabar agora²⁷.” (KING AQUA *apud* PAKENHAM, 1991, p. 182-183).

5 A CONFERÊNCIA DE BERLIM

“(…) era essa nada menos que a primeira vez que a África era objeto de uma conferência internacional. Bismarck abandonou o pequeno palco em que marinheiros e colonos se agitavam sob o controle mais ou menos desleixado de seus governos, para introduzir-se no grande teatro da diplomacia internacional.” (BRUNSCHIWIG, 1974, p. 36).

“Na tarde de sábado, logo antes das duas horas, os dezenove plenipotenciários, com quinze assistentes, representando quatorze grandes e pequenas potências, subiram as escadas até ao grande salão de música e tomaram seus assentos com as brilhantes vestes do corpo diplomático²⁸.” (PAKENHAM, 1991, p. 239).

“Sob muitos aspectos a Conferência de Berlim sobre a África Ocidental pode ser considerada, simbolicamente, como o zênite do período de domínio da Velha Europa nos assuntos globais.” (KENNEDY, 1989, p. 191).

Recebido em: 03 de dezembro de 2019

Aceito em: 20 de fevereiro de 2020

²⁷ Dearest Madam,

(...). We wish to have your laws at our towns. We want to have every fashion altered, also we will do according to your Consul's *word*. Plenty wars here in our country. Plenty murder and plenty idol worshippers. (...)

We have *spoken* to the English consul plenty times about having an English *government* here. We never have answer from you, so we wish to write you *ourselves*. When we heard about Calabar River, how they have all English *laws* in their towns, and how they have put away their *superstitions*, oh, we shall be very glad to be like Calabar now.

²⁸ On Saturday afternoon, just before two o'clock, the nineteen plenipotentiaries, with fifteen assistants, representing fourteen great and lesser Powers, climbed the stairs to the large music room and took their seats at the glittering court dress of the diplomatic corps.